



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária:

Um manual de referência

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S.,
Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M.

Capítulo 1: Epistemologia e Valores



Com o apoio do programa Erasmus
Mundus da União Europeia



Publicado por:
Consórcio de Economia Social e Solidária
York St John-Erasmus
Versão 1, Setembro 2015

Este projeto (EMA3-372558) foi co-financiado pelo programa
Erasmus Mundus da União Europeia.

ISBN: 978-0-9934407-9-3

(E-book-PDF em Português)

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária pelo Consórcio York St. John-Erasmus está licenciado sob uma licença Creative Commons. Atribuição-Não Comercial 4.0. Licença Internacional



www.yorks.ac.uk/socialeconomy

Como citar este trabalho:

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S., Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M. (2015) *Promover os estudos e as práticas da Economia Social e Solidária no Ensino Superior*. York, Consórcio de Economia Social e Solidária York St John-Erasmus.

O conteúdo deste manual não reflete necessariamente as políticas e as visões da Comissão Europeia



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

ÍNDICE

1. Introdução

2. Marcos epistemológicos

3. Análise e reflexão sobre o paradigma atual

4. Análise e reflexão prospetiva

5. Valores

6. Casos práticos

6.1 Cooperativa SUMA, Reino Unido

6.2 Atelier Mar – Cabo-Verde

6.3 Associação de Apicultores, Peru

7. Atividades pedagógicas

7.1 A perceção dos valores

7.2 O Poder das imagens e a mudança de valores

8. Competências profissionais

PÁGINA

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo oferecer um quadro de referência e de revisão teórica, analítica e prospetiva sobre o paradigma da economia social e solidária. Para esta tarefa foram tidos em conta os elementos que constituem e configuram um paradigma, segundo Thomas Khun (1962): valores, crenças e/ou suposições, vocabulário, comportamentos e atividades.

Complementamos o quadro de referência de análise com um trabalho de articulação dialógica, a partir do qual a aportação teórica, analítica e prospetiva de cada integrante da equipa, levou-nos a ter em conta antecedentes e considerações a nível **macro**, até à delimitação da especificidade ou singularidade das realidades a nível **micro**. Considerações que pretendem não apenas afirmar-se dentro de marcos cognitivos mas também na compreensão do que representa o tema que nos ocupa.

Este primeiro capítulo assume-se assim como uma plataforma comum que permite abordar os subsequentes capítulos do manual a partir de uma dimensão transdisciplinar¹. Através deste capítulo não pretendemos cobrir a extensa epistemologia que as disciplinas de economia social e solidária têm em si próprias, mas a que acordámos entre os parceiros/ parceiras para representar a raiz de todo o trabalho desenvolvido no seu conjunto nos capítulos que compõem o manual. Entendemos que o conhecimento produzido por estas disciplinas corresponde a processos contínuos e iterativos que permitem não apenas criar conhecimento, mas também entender a forma de atuação do ser humano em todas as suas dimensões, objetiva, subjetiva e relacional, na construção de um mundo mais humano e solidário.

¹ Por dimensão transdisciplinar referimo-nos à qualidade de articulação e coordenação entre diferentes epistemologias que nos permitirão não somente conhecer, mas também compreender a natureza da complexidade do paradigma do campo de estudo.

Glossário

Ecologia: No sentido utilizado por Boaventura de Sousa Santos, *Ecologias* são teorias, ou sistemas de visão global do mundo, que reúnem uma diversidade de realidades e conhecimentos que coexistem no mundo atual e que devem ser tomadas em linha de conta. Para o autor, este conceito está relacionado com o de emancipação e com o reconhecimento das diferentes formas de conhecimento e saber, em igualdade de condições.

Epistemologia: O termo *epistemologia* provém do grego, significando ‘*episteme*’ conhecimento y ‘*logos*’ ciência ou estudo. Deste modo, a epistemologia é uma disciplina da filosofia que estuda como se gera e se valida o conhecimento e o modo em que o indivíduo atua para desenvolver as suas estruturas de pensamento. O trabalho da epistemologia é amplo e relaciona-se também com as justificações que o ser humano pode encontrar as suas crenças e tipos de conhecimento, estudando não apenas as suas metodologias mas também as suas causas, os seus objetivos e os seus elementos intrínsecos.

Monoculture: No sentido utilizado por Boaventura de Sousa Santos, *Monocultures* são sistemas de leitura do mundo baseados apenas na cultura hegemónica dominante, escondendo uma parte importante da realidade. As *monocultures* criam ausências e silêncios e estão relacionadas com o conceito de *colonialismo*.

PERGUNTAS CHAVE DO CAPÍTULO

Epistemologia - Como analisar a produção de conhecimento no mundo atual? Onde se gera e quem gera conhecimento nas áreas em estudo?

Conceitos – Que conceitos se utilizam e que suposições se dão por confirmadas para representar a realidade estudada?

Valores - Que valores identificam os atores destas outras economias?

Reciprocidade: Em antropologia cultural, refere-se à maneira informal de intercâmbio de bens e trabalho que se dá em sistemas económicos informais. A reciprocidade é a forma mais comum de intercâmbio em sociedades de economia que prescindem de mercado, ou seja, que não fazem, vendem ou compram bens ou serviços. Dado que todos os seres humanos virtualmente vivem em algum tipo de sociedade, e que além disso cada um tem ao menos algumas posses, a reciprocidade pode-se encontrar em todas as culturas.

Subsidiariedade: O princípio de subsidiariedade, na sua definição mais ampla, dispõe que um assunto deve ser resolvido pela autoridade (normativa, política ou económica) mais próxima ao objeto do problema. O “princípio de subsidiariedade” é um dos princípios sobre os quais se sustenta a União Europeia, segundo o que ficou estabelecido pelo Tratado de Maastricht. Este princípio tem as suas raízes teóricas na doutrina social da Igreja Católica, embora na sua aplicação se tenha tornado independente da mesma em grande parte e seja usada no Direito para justificar a abstenção de regulação.

2. MARCOS EPISTEMOLÓGICOS

Falar de epistemologias implica falar de sistemas de construção de conhecimento, de sistemas de validação e seleção do que se considera serem as formas de gerar conhecimento.

A palavra “epistemologia” deriva do termo grego *episteme*, que significa conhecimento reflexivo elaborado com rigor; por oposição a *doxaera*, que era o conhecimento vulgar, quotidiano, ordinário do ser humano, logo não submetido a nenhum tipo de reflexão crítica rigorosa. A epistemologia é por isso o equivalente à ciência ou teoria do conhecimento.

A tarefa central da epistemologia é a indagação do conhecimento e a construção de uma tipologia das suas manifestações. O conhecimento opõe-se à ignorância; quando se conhece algo podem-se formular proposições verdadeiras sobre esse algo. Uma proposição é verdadeira se tem correspondência com a realidade desse objeto, para lá das limitações da percepção do sujeito cognoscente.

Nas ciências sociais tal implica que o objeto de estudo pode ser tratado da mesma forma que nas ciências físicas, ou seja, que os fatores sociais podem ser tratados como coisas (“coisificação”). Tal significa que o objeto de estudo das ciências sociais se pode autonomizar dos sujeitos que investigam, portanto o objeto existe para lá do sujeito. Sujeito e objeto separam-se e os investigadores têm unicamente o papel de observador, independentemente da existência da realidade. Além disso, na linha do conhecimento científico, o seu olhar deve ser objetivo, neutral, carente de qualquer inclinação, preconceção, emoção ou atitude, deve transcender a aparência e o sentido comum. Deste modo, será possível a absoluta objetividade do sujeito quando esse sujeito faz parte da realidade que analisa e apreende? Poderá o investigador social abstrair-se da sua condição de cidadão e de humano ao analisar a sua sociedade?

Por outro lado, ao contrário das ciências físicas, as ciências sociais não estudam objetos inanimados, carentes de emoções e de valores, descontextualizados do seu espaço-tempo. O investigador social faz parte inerente do objeto investigado e por tal é capaz de influir nele.

Estamos assim num ponto de paragem, suspensão, a que Fritjof Capra chama “o Ponto Crucial”. De transição de um paradigma - em que tudo respondia a leis universais imutáveis, fixas e lineares, à maneira de um grande relógio - para outro, caracterizado pelo surgimento de uma nova visão da ciência e que transcende o paradigma newtoniano, mecanicista, um paradigma muito mais aberto, flexível, holístico e ecológico, o qual nos impele para a transformação fundamental dos nossos pensamentos, percepções e valores.

O descobrimento da física ajudou a perceber que o sujeito que observa e o objeto observado não são independentes. Dependendo da posição do observador pode-se alterar a natureza do objeto observado, assim as observações da realidade nunca são independentes do observador e por isso nunca são totalmente objetivas no sentido racional. A nossa existência como seres humanos está vinculada e interconectada à dos outros e ao meio.



A sociedade reclama então o reconhecimento de que para além do conhecimento científico racional, há também outras formas de aproximação à realidade. O pensamento linear e homogeneizante não permite compreender a complexidade da realidade, muito menos os processos sociais ou a unidade social, que é fruto da construção coletiva de e entre sujeitos. Começa-se a falar então de pensamento e consciência relacional, ambos à luz da física quântica.

E daqui deriva a consciência quântica, como um tipo de realidade e conhecimento que são plenamente relacionais. Na senda de Pigem (2013, p.133) podemos assinalar que:

- O mundo é feito de objetos mas sim de relações e de relatos.
- Não há uma estrutura última e absoluta debaixo ou por trás da realidade que experimentamos.
- A nossa mente não observa o mundo a partir de fora, antes faz parte dele.
- Nada existe sem a nossa participação. O nosso papel no mundo não é o de meros espectadores, mas antes o de participantes e co-criadores. De certo modo, a realidade é mais real quanto mais participamos nela.
- As nossas intenções configuram o nosso presente, como demonstra a neurociência. Na realidade que a física quântica descobre, a resposta depende da pergunta.
- O núcleo da realidade não radica unicamente no conceptual, no objetivo e no quantitativo, mas sim no criativo, no relacional e no qualitativo.
- A realidade dá-se sempre no presente, centrada no aqui e no agora. Tudo o que acontece nossa consciência acontece no presente.
- Não estamos separados, e portanto a nossa autorrealização é inseparável da autorrealização do conjunto da realidade.
- A realidade entende-se melhor a partir do pensamento relacional (que se sobrepõe a redes de imagens e metáforas) do que a partir do pensamento linear (o qual procura definições precisas e absolutas).

A partir desta consciência observamos que todo o humano se desumaniza quando se reduz ao que se pode descrever unicamente de maneira objetiva. Ou quando o conhecimento da deficiência substitui o conhecimento do Ser (Maslow, 1968). A maior parte do conhecimento científico convencional tende a basear-se em abstrações, não na plena experiência das coisas tal como são, a partir das suas relações e do seu contexto (Pigem, 2013).

Outra conceção que evolui dentro da consciência quântica é a perceção do mundo e da realidade com base numa conceção dualista, entendida como a desassociação do Eu com o mundo no qual se está inserido. Dentro do paradigma da economia social e solidária, percebe-se a realidade como algo que não está definido, como algo que se vai cocriando ou corestaurando; algo que está composto de múltiplas realidades, em que não há nada absoluto e que continuamente emerge de forma relacional. Um campo de estudo que vincula a natureza relacional da economia social e solidária, a partir da suposição da interdependência e inter-relação entre os elementos e os que estes servem: o ser humano concebido dentro de uma visão multidimensional, como *homos economicus*, *sociologicus* e *ecologicus* (Pigem, 2013, p.135). Os direitos e necessidades que a economia social e solidária defende não podem ser tratados como objetos, mas sim como redes de relações interdependentes.

O pensamento moderno, para o qual a única maneira válida de conhecimento - e, portanto, de entender o universo - é o método científico, deu lugar ao desequilíbrio cultural atual.

O pensamento moderno é um pensamento baseado naquilo que Boaventura de Sousa Santos chamou de “pensamento abissal”, ou seja, um pensamento que diferencia e hierarquiza, um pensamento que pressupõe a existência de um “este lado da linha”, que é nosso, validado e superior, e um “o outro lado da linha”, o Outro, que se tenta fazer desaparecer como realidade, de que se tenta provar a sua inexistência. Esta teoria baseia-se na ideia da “impossibilidade de co-presença de ambos os lados da linha” (2009, p. 24), que contribuiu, a nível epistemológico, para o que este autor denomina de “epistemicídio” (2009, p. 10), isto é, a eliminação de qualquer outro tipo de conhecimento ou práticas sociais que produzem conhecimento, distintos dos que são validados pelo pensamento científico ocidental moderno.



Tal como afirma Edgar Morin, é necessário desconstruir a forma de aproximação à realidade. Uma das formas é através do pensamento complexo, caracterizado pela não linearidade, pela recusa dos reducionismos; mas que ao mesmo tempo reconhece a impossibilidade da completude. A complexidade é o tecido de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem o mundo fenoménico. Assim, a partir da complexidade a vida não é uma substância mas antes um fenómeno de eco-auto-organização extraordinariamente complexo que produz a autonomia. Daí, a necessidade a nível antropossocial, de substituir o paradigma de disjunção/redução/unidimensionalização por um de distinção/conjunção, que permita distinguir sem desarticular, associar sem reduzir.

Boaventura de Sousa Santos a respeito do pensamento “reducionista” assinala que “o primeiro desafio é enfrentar a perda de experiências sociais que é o mundo; e temos algumas teorias que nos dizem que não há nenhuma alternativa, quando na realidade há muitas alternativas” (2007, p. 24). Esta posição, segundo este autor, é alimentada por duas visões erróneas – uma visão muito curta do presente, que tem originado uma miopia em relação às outras alternativas e que tem reforçado as teorias e modelos hegemónicos, e uma visão mais ampla do futuro na qual, como nada é previsível e tudo passa, especialmente na atualidade, a um ritmo vertiginoso, nada se pode preparar nem fortalecer.

A este respeito Morin (1994) afirma que:

Adquirimos conhecimentos sem precedentes sobre o mundo físico, biológico, psicológico, sociológico. A ciência tem feito reinar, cada vez mais, os métodos de verificação empírica e lógica [...] Mas, no entanto, o erro, a ignorância, a cegueira progridem, por todo o lado, ao mesmo tempo que os nossos conhecimentos.

É-nos pois necessária uma tomada de consciência radical:

1. A causa profunda do erro não está no erro de facto (falsa percepção), nem no erro lógico (incoerência), mas sim no modo de organização do nosso saber em sistemas de ideias (teorias, ideologias);
2. Há uma nova ignorância ligada ao próprio desenvolvimento da ciência;
3. Há uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão;
4. As ameaças mais graves que enfrenta a humanidade estão ligadas ao progresso cego e descontrolado do conhecimento (armas termonucleares, manipulações de toda ordem, desregulações ecológicas, etc.)” (1994, p. 27).

Por isso, é necessário tomar consciência das consequências do “modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e de apreender da complexidade do real” (ibid, p. 28).

Este modo de organização do conhecimento utiliza a razão como o meio que o homem usa para se aproximar à natureza, para conhecer o universo completo e corresponde à vontade de ter uma visão coerente e lógica. A racionalidade é o jogo incessante entre o espírito do homem (que cria as estruturas lógicas) e o mundo real. A racionalidade nunca tem “a pretensão de englobar a totalidade do real dentro de um sistema lógico, mas tem a vontade de dialogar com aquilo que lhe resiste” (ibid, p. 101).

Mas a racionalização

consiste em querer encerrar a realidade dentro de um sistema coerente. E tudo aquilo que contradiz, na realidade, esse sistema coerente, é descartado, esquecido, posto à margem, visto como ilusão ou aparência. Damo-nos conta agora que racionalidade e racionalização têm a mesma origem, embora ao desenvolver-se se tornem inimigas uma da outra (ibid, p. 102).

Continuando com Edgar Morin, o pensamento clássico moderno é simplificador, mutilador, confunde o real com o simplificado; vê o uno e o múltiplo, mas não o Uno e o Múltiplo ao mesmo tempo; move-se à luz do paradigma da simplificação baseado nos princípios de:

- a. Disjunção, que tende a considerar os objetos independentes do seu contexto, isolados e não vê as inter-relações que se dão entre uns e outros.
- b. Redução, que tende a explicar a realidade por um só dos seus elementos; desconhecendo a complexidade da realidade e do facto humano. Assume-se o mundo como uma grande máquina que funciona perfeitamente.



- c. Abstração, que estabelece leis gerais, mas desconhece as particularidades de onde provêm.
- d. Causalidade, que vê a realidade a partir de uma relação linear de causa-efeito, de baixo para cima.

À luz destes princípios, o pensamento clássico moderno separa todos os objetos dos seus ambientes e desconhece o laço inseparável entre o observador e a coisa observada. O sujeito é posto de lado como perturbação ou ruído porque é indescritível segundo os critérios da objetividade, para o qual não existe distinção lógica entre um objeto - como uma pedra - e um sujeito - como uma unidade de consciência -, pois que este último só aparece como um pseudo-objeto colocado no corpo de um animal ou ser humano, a que se chama Ego.

Isola entre si aos três grandes campos do conhecimento científico: física, biologia e ciências do Homem, mediante a redução do complexo ao simples, ou seja, do biológico ao físico e do humano ao biológico e em última instância, do humano ao físico. De maneira que o cosmos e a vida se equiparam a uma máquina perfeita funcionando mecanicamente numa perfeita ordem legisladora e onde o suposto, o simplificado, aparece como o que é, como o simples, o real, ficando o conhecimento científico fechado sobre si mesmo e prisioneiro do tempo e do espaço absolutos.

Em relação à economia, provavelmente uma das causas mais importantes para que o mundo tenha derivado num crescimento económico insustentável terá a ver com a confusão entre economia e crematística; confusão que conduziu ao capitalismo utilitarista atual, caracterizado pelo consumismo e o hedonismo e totalmente desligado da tese de Weber que referia que o “espírito do capitalismo” estava ligado a um sistema de valores de raiz religiosa e onde a poupança, a austeridade e a organização racional do trabalho livre estavam subjacentes ao capitalismo. Mais ainda, considerava que o capitalismo se constituía como a moderação racional do afã desmedido de lucro presente em todas as épocas. No entanto, a ação secularizadora da riqueza esvazia o espírito do capitalismo e abre caminho à ambição desmedida de ter e consumir, com “o sistema [a ficar] sem raízes morais nas quais [possa] sustentar as restrições que refreiam a acumulação sumptuária... O capitalismo gira enlouquecido na produção e pode somente oferecer o consumo como justificação. O prazer como modo de vida é a religião secularizada do crescimento capitalista” (Mardones, 1988).

A confusão - entre economia e crematística - levou, além disso, a outra confusão: entre necessidades e desejos. Enquanto as necessidades têm um limite de satisfação, os desejos já o não têm. É precisamente na suposta satisfação destes que se sustenta a expansão da indústria global atual.

Para entender a confusão entre economia e crematística é preciso citar Aristóteles: o qual sustentava que:

A ciência de adquirir não é a mesma que a de economia [...] uma tem por finalidade proporcionar os meios e a outra fazer uso deles [...] É necessário que a ciência económica nos proveja de recursos necessários ou úteis para a vida em toda associação civil ou doméstica [...] a qualidade que baste às exigências do viver e à felicidade, não é infinita. Todavia, há outro modo de aquisição, que é a verdadeira arte de adquirir, o qual não põe limites à riqueza nem à aquisição [...] Um é natural, enquanto o outro não procede da natureza; pelo contrário, é o resultado de uma arte ou de uma indústria (Aristóteles, Livro Primeiro, capítulo III).

A aquisição natural e a acumulação de riqueza são coisas distintas. A primeira tem que ver com a economia e o seu objetivo é a subsistência. A segunda já tem a ver com a crematística, na qual o dinheiro é o objetivo do intercâmbio e tende a reproduzir-se a si mesmo. “A moeda é elemento e fim da troca e a riqueza que resulta desta arte de adquirir não tem limites [...] Pelo contrário, a ciência económica, muito diferente da arte de adquirir, tem o seu limite. Porque o negócio da economia não é o da ciência da riqueza [...] O objeto de uma é a posse, o da outra o aumento” (Ibid).

Aristóteles coloca a economia no campo das necessidades (que são moderadas e além do mais têm um patamar de satisfação). Por seu turno, a crematística tem a ver com os desejos, que são ilimitados. O natural seria produzir bens para cobrir as necessidades, não os desejos.

Seguindo ainda Aristóteles, poder-se-ia afirmar que o que atualmente se entende por economia, não é outra coisa senão a crematística, e portanto a atual crise paradigmática leva-nos novamente a ter que rever as origens e



retomar os conceitos como o de economia na sua real dimensão. Só assim, se pode então contextualizar a ESS e entender a relação entre a economia e a sociedade e colocar a economia ao serviço do Homem.

3. ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE O PARADIGMA ATUAL

Segundo Thomas Friedman, vivemos num mundo profundamente marcado pela globalização. Não se trata apenas de um fenómeno ou uma tendência de passagem, transitórios, mas sim de um novo sistema internacional que integra o capital, a tecnologia e a informação, transpondo as fronteiras nacionais, de forma que está criando um mercado global e, em certa medida, uma aldeia global. É um sistema que se inicia com a queda do muro de Berlim e que vem a substituir a Guerra Fria (2000, p. 33).

Apesar dos traços mais visíveis da globalização serem de carácter essencialmente económico, trata-se porém de um fenómeno mais complexo. A globalização económica é uma parte de um fenómeno maior, a globalização cultural, entendida como:

A expressão de quatro fenómenos de base interrelacionados: (i) a universalização dos mercados e o avanço do capitalismo pós-industrial; (ii) a difusão do modelo democrático como forma ideal de organização da pólis; (iii) a revolução nas comunicações que leva à sociedade da informação; e (iv) a criação de um clima cultural denominado de pós-modernidade (Brünner, 1998, p. 27).

A globalização atual evoca a novidade de um tipo particular de capitalismo pós-industrial que estendeu os seus limites até aos confins do planeta, envolvendo-o na lógica dos mercados e das redes de informação. Tal configurou o surgimento de uma forma predominante, incontestada, de civilização material que engloba progressivamente o mundo (ibid., 27).

Segundo Brünner, estamos diante de uma cultura onde já não é a realidade que importa, mas sim as linguagens que a constituem e lhe comunicam o que interessa. Não importa o mundo, mas apenas as visões de mundo. Não importa o texto, mas tão somente os seus contextos. Não importa a verdade, apenas as épocas ou os géneros através dos quais se expressa.

Cada dia nos achamos expostos a uma maior abundância de mensagens, num cenário em que tudo se presta a leituras sobrepostas e a díspares interpretações, a um clima altamente artificial e incerto, carregado de símbolos e signos que configuram determinado tipo de cultura, a mesma que se embrulha e se vende.

Aparentemente, a globalização está a marcar o mundo contemporâneo. Por um lado, a facilidade de contacto e relação entre os diferentes pontos do globo potencia a aparição de termos e ideias que se aceitam e validam como universais e que tendem a gerar uniformidade cultural. Por outro lado, os problemas que eram de circunscrição mais local tinham causas facilmente identificáveis e propostas de solução mais localizadas e específicas. Hoje, problemas e soluções, são um desafio no sentido em que já não podemos vê-los a partir dessa visão local, posto que provavelmente as causas destes problemas não se restringem a fatores caracterizados pela proximidade geográfica e, em consequência, as soluções não são fáceis de alcançar.

Boaventura de Sousa Santos traduz esta ideia da seguinte forma:

A nossa situação é um pouco complexa: podemos dizer que temos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas. E isto dá um carácter transitório ao nosso tempo: temos que fazer um esforço muito insistente para a reinvenção da emancipação social (2007, p. 19).

De facto, os desafios do nosso tempo caracterizam-se por ter uma complexidade cada vez maior e é necessária um novo olhar, posicionamento e/ou perspectiva para buscar respostas a esses desafios. Este é o momento de transição a que Boaventura de Sousa Santos se refere, uma transição que deve ser marcada pela procura de diferentes modelos, pela busca de alternativas que se apresentem para responder às especificidades de cada região, cada cultura, cada indivíduo.

Frente às consequências da globalização, Charlot fala de três atitudes: “aqueles que querem manter a posição atual”, defendendo as suas vantagens e privilégios e obscurecendo “a figura do outro”; aqueles que aderiram “à



atual globalização neoliberal, em nome da iniciativa, da eficácia, da liberdade, da competência”; e uma terceira, que abarca, por exemplo, “o movimento Altermundialista, ‘movimento de justiça global’ [...], negando ao mesmo tempo o mundo atual e a globalização neoliberal, sustentando que ‘outro mundo é possível’²” (2007, p. 135).

Todavia, para além de assumir uma determinada atitude ou posição, fenómenos como a crise bancária e financeira de 2008, a par do desemprego sistémico e da marginalização social, obrigam a repensar os paradigmas nos quais se sustenta o desenvolvimento. Obrigam a retomar os conceitos de coesão social e desemprego, ou seja, lutar por uma política de emprego não somente baseada em subvenções, mas orientada a utilizar as ditas subvenções para promover trabalho e emprego com sentido humano e socialmente responsável.

Neste sentido, João Paulo II assinala que os pobres “aparecem em muitos casos como resultado da violação da dignidade do trabalho humano: seja porque se limitam as possibilidades do trabalho - dito doutro modo, pela praga do desemprego -, seja porque se depreciam o trabalho e os direitos que fluem do mesmo, especialmente o direito ao justo salário, à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família.” (1981, p. 8). Daí a necessidade de um “trabalho decente” entendido como:

um trabalho que, em qualquer sociedade, seja expressão da dignidade essencial de todo homem ou mulher: um trabalho livremente escolhido, que associe efetivamente os trabalhadores, homens e mulheres, ao desenvolvimento da sua comunidade; um trabalho que, de este modo, faça com que os trabalhadores sejam respeitados, evitando toda a discriminação; um trabalho que permita satisfazer as necessidades das famílias e escolarizar os filhos, sem que estes se vejam obrigados a trabalhar; um trabalho que consinta aos trabalhadores organizar-se livremente e fazer ouvir a sua voz; um trabalho que deixe espaço para que os trabalhadores se reencontrem adequadamente com as próprias raízes no âmbito pessoal, familiar e espiritual; um trabalho que assegure uma condição digna aos trabalhadores que atinjam a sua reforma. (Bento XVI, 2009, p. 63)

Bento XVI (2009) e João Paulo II (1991) afirmam que ao falar-se de desenvolvimento, o primeiro capital que se deve salvaguardar e valorizar é o homem, a pessoa na sua integridade: o homem é o autor, o centro e o fim de toda a vida económica e social.

O desenvolvimento atual deve responder a um processo em que o homem seja sujeito, seja pessoa, se humanize, seja cada vez mais livre e seja consciente de que a sua vida depende da qualidade da sua interação com os seus co-humanos e com a natureza.

Javier Iguiniz (2003), numa releitura de Amartya Sen e de Gustavo Gutierrez, afirma que no mundo atual a liberdade supõe uma prévia libertação.

Como indica Sen:

O desenvolvimento requer a remoção das principais fontes de falta de liberdade: a pobreza e a tirania, as poucas oportunidades económicas e as sistemáticas privações sociais, o desdém dos serviços públicos e a intolerância ou a intromissão de Estados repressivos.

Por sua vez, para lá da independência dos países, a libertação tem por fim último a obtenção da liberdade das pessoas. Assim o indica Gutiérrez:

Uma profunda e vasta aspiração à libertação anima hoje a história humana. Libertação de tudo aquilo que limita ou impede ao homem a realização de si mesmo, de tudo aquilo que trava o acesso à, ou o exercício da, sua liberdade.

Em ambos os casos estamos diante de uma libertação e uma liberdade que são fim e meio. Na realidade, uma distinção chave no trabalho de Gutiérrez é a que este autor faz entre ‘liberdade de’ e ‘liberdade para’ e, mais especificamente, liberdade para amar, o que coloca a liberdade perante a exigência de responsabilidade para com os demais.

Para Amartya Sen, o desenvolvimento é a expansão das liberdades reais dos indivíduos e o crescimento é um meio importante para expandir essas liberdades, embora estas dependam também de outros determinantes como as instituições sociais, económicas e políticas. Deste modo, os distintos tipos de liberdades podem refor-

² “Outro mundo é possível” foi o tema eleito pelo Fórum Social Mundial, em 2001.



çar-se mutuamente. Com suficientes oportunidades sociais os indivíduos podem configurar o seu próprio destino e ajudar-se mutuamente.

A liberdade tem uma importância intrínseca para o alcance do bem-estar do ser humano. Atuar livremente e poder escolher pode conduzir diretamente ao bem-estar, não apenas porque uma maior liberdade pode fazer viabilizar melhores alternativas. A “boa vida” é em parte uma vida de eleição e não uma a que a pessoa está forçada, ainda que seja “rica em conteúdo” (Nussbaum e Sen, 1998).

Centrar o desenvolvimento na expansão das liberdades leva a centrar a atenção nos fins do desenvolvimento e não somente em alguns meios - por si mesmos importantes mas não suficientes - como a industrialização, o progresso tecnológico, a modernização e o crescimento, já que o seu carácter é instrumental. O centrar nas liberdades humanas “contrasta com as visões mais estreitas do desenvolvimento, tais como o aumento do produto interno bruto” (Sen, 1999, p. 3). Por isso, que desde finais do século XX se iniciou um processo de reconstrução dos indicadores do desenvolvimento onde se incorporam variáveis que procuram resgatar a dimensão humana do desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, por exemplo.

O que está em questão, com efeito, tanto no Sul como no Norte, a Oeste como a Leste, na periferia como no centro, são as possibilidades de levar uma existência humana autêntica: uma vida livre, de uma liberdade que é processo e conquista histórica (Gutiérrez 1972: 53-54)

Tudo nos leva a pensar que estamos numa etapa de transição para um novo paradigma do desenvolvimento, no qual, nos termos de Max-Neef, é necessário romper com o paradigma mecanicista, de corte antropocêntrico (sujeito-objeto) da modernidade:

O novo enfoque não pode reduzir-se a um mero arranjo cosmético de um paradigma em crise. Implica logo à partida, a abertura para uma nova maneira de contextualizar o desenvolvimento. Tal significa modificar substancialmente as visões dominantes sobre estratégias de desenvolvimento, [...] reconhecer a incompletude e insuficiência das teorias económicas e sociais que serviram de sustentação e orientação aos processos de desenvolvimento até ao presente. Significa tomar consciência, concretamente, de que num mundo cada vez mais heterogêneo pela sua crescente e inevitável interdependência, a aplicação de modelos de desenvolvimento sustentados em teorias mecanicistas, acompanhados de indicadores agregados e homogeneizantes, representa uma via segura em direção a novas e mais inquietantes frustrações. Por isso um desenvolvimento à escala humana, orientado em grande medida para a satisfação das necessidades humanas, exige um novo modo de interpretar a realidade (1986, p. 23).

Max-Neef dá relevo à importância de aceitar a coexistência de distintos estilos de desenvolvimento regionais dentro de um mesmo país, em vez de insistir na “prevalência de “estilos nacionais” que têm demonstrado ser até agora eficientes para o enriquecimento de algumas regiões à custa do empobrecimento de outras. Os estilos nacionais estão concebidos na sua maior parte com o propósito de reforçar ou manter a unidade nacional. Não se deve, no entanto, esquecer que unidade não significa uniformidade (ibid, p. 49).

A uma lógica económica, herdeira da razão instrumental que impregna a cultura moderna, é preciso opor uma ética do bem-estar. Ao fetichismo dos números deve-se opor o desenvolvimento das pessoas. À manipulação vertical por parte do Estado e à exploração de uns grupos por outros há que opor a gestação de vontades sociais que aspirem à participação, à autonomia e a uma utilização mais equitativa dos recursos disponíveis (ibid, p. 62).

O Papa Bento XVI manifesta que:

O grande desafio que temos, perante as dificuldades do desenvolvimento neste tempo de globalização e agravado pela crise económico-financeira atual, é mostrar, tanto na ordem das ideias como dos comportamentos, que não só não se podem esquecer ou debilitar os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, como nas relações mercantis o princípio de gratuidade e a lógica do dom, como expressões de fraternidade, podem e devem ter espaço na atividade económica normal. Isto é uma exigência do homem no momento atual, mas também da própria razão económica. Uma exigência da caridade e da verdade ao mesmo tempo (2009, p. 36).

O Papa Francisco acrescenta ainda que não podemos continuar com uma economia de exclusão.

Assim como o mandamento de «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, hoje temos que dizer «não a uma economia da exclusão e à iniquidade». Essa economia mata. Não pode ser que não seja notícia a morte por causa do frio de um



idoso na rua, sem abrigo, mas que a queda de dois pontos na bolsa já o seja. Isso é exclusão. Não se pode tolerar mais que se deite fora comida quando há gente que passa fome. Isso é iniquidade. Hoje tudo entra dentro do jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso devora o mais débil. Como consequência desta situação, grandes massas de população vêem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem horizontes, sem saída. Considera-se o ser humano em si mesmo como um bem de consumo, que se pode usar e logo deitar fora. Demos início à cultura do «descartar» que, para além disso, também se promove. Já não se trata simplesmente do fenómeno da exploração e da opressão, mas de algo novo: com a exclusão fica afetada na sua própria raiz a pertença à sociedade em que se vive, pois já não se está abaixo dela, na periferia, ou sem poder, antes está-se mesmo fora. Os excluídos não são «explorados», são antes refugio, «sobras». (Evangeli Gaudiium: 53)

Necessitamos de respostas que deem sentido responsável e solidário a um sistema económico que cada vez é mais global e onde os problemas do desenvolvimento transcendem a múltiplos âmbitos da vida humana e ao planeta Terra em si mesmo. Vivemos num tempo no qual a realidade já não se pode apenas captar numa ideologia, nem simplificar-se de maneira artificiosa. Necesitamos de olhar as nossas próprias pobreza como humanidade, daquela pobreza de quem não pode saciar a sua fome nem a da criança que gerou, aquela de quem não tem a oportunidade de controlar a sua própria vida, ou a de quem é eternamente invisível e a sua voz não se ouve num mundo de surdos, até àquela que lacera a alma de quem com impotência sofre porque os seus direitos não foram respeitados. Ou seja, necessitamos olhar-nos a partir de uma perspetiva humana.

Este estudo parte do pressuposto de que o mundo atual necessita retomar valores e práticas como a solidariedade, a reciprocidade, a gratuidade, a confiança, o sentir-se parte da natureza. Valores e práticas que têm permeado a vida e a cultura do homem de todos os tempos, mas que perderam visibilidade a partir de princípios do século XX.

4. ANÁLISE E REFLEXÃO PROSPETIVA

Para fazer face os desafios da sociedade, Boaventura de Sousa (2007) apresenta dois caminhos:

- Ampliar o presente: através da Teoria da Sociologia das Ausências.
- Acercar-se o futuro: através da Teoria da Sociologia das Emergências.

Estes caminhos estão baseados nos conceitos das monoculturas (cultura hegemónica dominante, que cria ausências e silêncios) e das *ecologias* (visão global do mundo, onde existem várias realidades que devem ser tomadas em conta e, mais que isso, devem sair do silêncio para o qual foram relegadas).

Boaventura de Sousa Santos considera como *monoculturas* os princípios e atitudes que subjazem às teorias dominantes, míopes, porque só veem uma parte reduzida da realidade, tornando invisível uma parte importante da mesma, e como *ecologias* as teorias que reúnem a diversidade de realidades e conhecimentos que coexistem no mundo atual. O autor relaciona o conceito de *monoculturas* ao *colonialismo* e o de *ecologias* ao de *emancipação*, como um reconhecimento das diferentes formas de conhecimento e saber, em igualdade de condições.

O seguinte quadro (Quadro 1.1) é uma adaptação de Sousa Santos,



Quadro 1.1

As monoculturas e as ecologias

MONOCULTURAS	ECOLOGIAS
Monocultura do Saber e do Rigor: ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico.	Ecologia dos Saberes: ideia da ciência como parte de uma ecologia mais ampla de saberes - cada um tem o seu lugar e responde a certo tipo de desafios.
Monocultura do tempo linear: ideia de que a história tem um tempo linear, marcado por calendários, relógios, etc.	Ecologia das Temporalidades: ideia da multiplicidade de tempos e não a presença exclusiva do tempo linear: tempo das estações, dos antepassados.
Monocultura da naturalização das diferenças: ideia de que as diferenças criam sempre desigualdade e que portanto em si, sempre a ideia de inferioridade.	Ecologia do Reconhecimento: ideia da necessidade de diversificação dos motivos e das hierarquias.
Monocultura da escala dominante: ideia da superioridade do Universal e da Globalização, relegando o Particular e o Local para um segundo plano.	Ecologia da «transescala»: ideia da necessidade de articulação das escalas locais, nacionais e globais.
Monocultura do produtivismo capitalista: ideia de produtividade marcada pelo sistema capitalista, relegando para um segundo plano tudo o que seja considerado como improdutivo, dentro do mesmo conceito.	Ecologia das produtividades: ideia da recuperação e valorização de sistemas alternativos de produção.

Fonte: Santos, b. s. 2007. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*, São Paulo: Boitempo Editorial: 32. Adaptado do original.

Como podemos observar no quadro 1, as cinco monoculturas de carácter hegemónico sobrepõem-se a todas as demais. Estas monoculturas estabelecem o que deve ser aceite, o que é válido e bom, e estigmatizam tudo aquilo que existe de maneira paralela, acusando-o ao mesmo tempo de não “ser uma alternativa credível, avançada, universal, superior, científica, global, universal, produtiva” (2007, p. 32).

Esta visão curta das monoculturas cria um conjunto de tipologias estereotipadas a partir das quais se vê o Outro como inferior, como “menor”, diminuindo-o. A monocultura do conhecimento cria a imagem do ignorante, que não acede aos conhecimentos científicos e que valoriza outros saberes; o tempo linear da monocultura cria a imagem do atrasado, aquele que não segue o processo considerado natural e superior; a monocultura da naturalização das diferenças, da classificação assimétrica, cria a imagem do inferior, catalogando as pessoas sempre em comparação com o outro e atribuindo-lhes uma hierarquia de valor; a monocultura de escala global cria a imagem do local, o particular como algo com menos valor, já que não pode ser aplicado a nível global, algo considerado superior. Finalmente, a monocultura do produtivismo capitalista gera a imagem dos preguiçosos e improdutivos³.

Em oposição à visão das monoculturas, o autor propõe a emergência de cinco *ecologias* que reabilitam os silêncios. O grande desafio radica no estabelecimento do diálogo entre as distintas culturas que existem no mundo. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos propõe um “procedimento de tradução”, isto é, um processo intercultural e de tradução intersocial que traduza saberes noutros saberes, que traduza sujeitos e práticas de uns em outros; que procure a busca da inteligibilidade, mas evitando a canibalização, a homogeneização, a supremacia de algumas culturas sobre outras.

Este procedimento de tradução é um processo pelo qual vamos criando e dando sentido a um mundo que realmente não tem um sentido único, porque é um sentido de todos nós; não pode ser um sentido distribuído, criado, desenhado e concebido no Norte e imposto ao resto do mundo, onde estão três quartas partes das pessoas (2007, p. 41).

No nosso trabalho interessa-nos a “diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento mais além do conhecimento científico” (Santos, 2009, p. 45).

³ Conferência de abertura da Escola de Verão, “Learning from the South: towards intercultural translations”, Curia, 30 de Junho de 2014.



Yao Assogba, investigador nascido no Togo, por exemplo, referindo-se à possibilidade de uma economia social e solidária africana em particular, sublinha a importância da criação de uma ciência social da economia popular em África. Para este autor, é necessária a “reapropriação de conceitos e de uma rutura epistemológica que leve em consideração a historicidade africana”. O mesmo autor defende que seria fundamental que este novo saber, este novo conhecimento, fosse incluído nos programas de aprendizagem e nas conceções de desenvolvimento, “permitindo assim ir para além das abordagens normativas e ideológicas que subentendem uma visão neoliberal ou crítico-populista-desenvolvimentista”. Somente com este processo, continua Assogba, seria possível romper com as posições anteriormente descritas e promover uma “mundialização alternativa” (GESQ, 2002, pp. 20).

Interessa-nos, por isso, o respeito de uns aos outros como seres cujos pontos de vista são dignos de igual consideração, apresentando o respeito pela dignidade humana absoluta de cada ser humano, a abertura à solidariedade cultural, social e económica das pessoas, a busca da própria realidade pessoal no reconhecimento e respeito da diferença; e a partir dessa diferença a abertura para um horizonte de significação compartilhado para a construção de um mundo melhor, de um mundo mais humano, onde cada indivíduo seja capaz de reconhecer-se no Outro, enquanto ser humano.

Estamos pois no momento em que filosofias como o Ubuntu ou o Djunta Mon, em países africanos, o Allin Kausay dos Quéchuas, o Sumaq Qamaña dos Aymarás ou o Mborayhu dos Guaranis voltam a recordar-nos que somos em relação ao que são os outros e estamos bem quando os outros estiverem bem e que Octavio Paz magistralmente descreve num fragmento do seu poema Piedra de Sol: “mostra teu rosto no fim para que veja a minha cara verdadeira, a do outro, a minha cara de nós sempre todos”.

5. VALORES

Na necessidade de se demarcarem os valores e princípios sobre os quais se baseia a economia social e solidária, existem cinco postulados e um princípio de valor irrenunciável, segundo Manfred Max-Neef (2013):

- “A economia está para servir as pessoas e não as pessoas para servirem a economia;
- O desenvolvimento tem que ver com pessoas e não com objetos;
- O crescimento não é o mesmo que o desenvolvimento e o desenvolvimento não precisa necessariamente do crescimento;
- Nenhuma economia é possível à margem dos serviços que prestam os ecossistemas;
- A economia é um subsistema de um sistema maior finito que é a biosfera e por consequência o crescimento permanente é impossível”.

O princípio de valor e irrenunciável de toda a economia é que em nenhuma circunstância um interesse económico pode estar acima da reverência pela vida.

Seguindo o Papa Francisco, em qualquer circunstância podemos negar a primazia do ser humano nem reduzi-lo a uma única das suas necessidades: o consumo. Devemos dizer não à nova idolatria do dinheiro “O dinheiro deve servir e não governar!”. Devemos praticar a solidariedade desinteressada e voltar a economia e as finanças para uma ética a favor do ser humano, que permita criar um equilíbrio e uma ordem social mais humana (Evangelii Gaudium 54-59).

A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica. [...] É irritante que se fale de ética, de solidariedade mundial, que se fale de distribuição dos bens, que se fale de preservar as fontes de trabalho, que se fale também da dignidade dos débeis, ou que se fale de um Deus que exige um compromisso pela justiça. Outras vezes acontece que estas palavras se tornam objeto de um aproveitamento oportunista que as desonra. A cómoda indiferença perante estas questões esvazia a nossa vida e as nossas palavras de todo o significado. A vocação de um empresário é uma tarefa nobre, sempre que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida; isto permitir-lhe-á servir verdadeiramente o bem comum, com o seu esforço por multiplicar e tornar mais acessíveis todos os bens deste mundo. (Ibid. 203).



Luís Inácio Gaiger, e outros investigadores brasileiros (2010), criaram um modelo conceptual e analítico das empresas de solidariedade económica, definindo uma série de critérios, que apresentamos (Quadro 1.2):

Quadro 1.2

Valores e Dimensões dos Empreendimentos Económicos Solidários

VALORES E DIMENSÕES DOS EMPREENDIMENTOS ECONÓMICOS SOLIDÁRIOS	
Vetor Solidário – VS	Vetor Empreendedor – VE
<p>Autogestão Democracia, Autonomia, Participação</p> <ul style="list-style-type: none"> - eleições diretas - decisões coletivas - acesso a registos e informações - predomínio de trabalhadores-sócios - contribuições individuais similares - participação na gestão quotidiana - equidade entre homens y mulheres 	<p>Eficiência Benefícios, Resultados, Qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - melhoria nas condições de vida - remuneração igual o superior ao mercado - preservação económica do empreendimento - preservação social do empreendimento - contabilidade económico-financeira - estratégias de mercado - ambiente de trabalho gratificante
<p>Cooperação Mutualidade, Gratuidade, Compromisso</p> <ul style="list-style-type: none"> - coletivização dos meios de produção - indivisão social do trabalho - práticas de convivência e ajuda mútua - práticas de intercooperação - compromisso comunitário - participação em movimentos e organizações 	<p>Sustentabilidade Perenidade, Eco-Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - planos e fundos de investimento - ampliação social do empreendimento - ações de preservação ecológica e ambiental - educação e qualificação dos trabalhadores - parcerias e articulações - autossuficiência económico-financeira

Fonte: Gaiger, L. I. & Corrêa, A. da S. 2010. A História e os sentidos do empreendedorismo solidário. *Outra Economia*, volumen IV, nº7: 162

No modelo proposto, os autores utilizam como critérios para a identificação da empresa social, seus valores e dimensões. Assim:

no VS, a Autogestão vincula-se à democracia, à participação e à autonomia do empreendimento na sua gestão, relacionando-se tanto a sócios individuais como a organizações e forças externas. A Cooperação refere-se aos valores e às práticas de mutualidade, colaboração mútua, compromisso de reciprocidade social e gratuidade. [...] Quanto ao VE, a Eficiência de um empreendimento refere-se à sua capacidade de se preservar e de se consolidar como resultado do seu funcionamento. Refere-se aos aspetos da operação económica para garantir a sua sobrevivência no presente e não pôr em perigo o seu futuro. Por Sustentabilidade entenda-se a capacidade de gerar as condições para seguir trabalhando a médio e longo prazos (2010, p.162).

Para os autores, o valor acrescentado destes empreendimentos reside na combinação do espírito empreendedor e do espírito de solidariedade, entre duas lógicas de ação:

a lógica instrumental, que exige realismo e pragmatismo e se orienta para a viabilidade de uma alternativa económica; em contraponto, a lógica expressiva e projetiva dos valores e princípios ideológicos, centrada nas aspirações de transformação social e pessoal, exigindo o altruísmo, compromisso e sobretudo as convicções acerca das possibilidades e o valor acrescentado destas transformações (2010, p. 166 y 167).

Os valores e princípios são fundamentais para a definição da economia social e solidária tais como:

o de reciprocidade, baseado na doação desinteressada ou “interessada” (dou para construir uma comunidade/sociedade que me proteja), o de redistribuição, de importância crucial nesta transição a partir de um desequilíbrio enorme no acesso aos recursos produtivos e seus resultados, o de planificação consciente de ações e previsão de efeitos sobre indivíduos, grupos e sociedades inteiras, superando o imediatismo reinante, e o extraordinariamente importante princípio de autarquia, da autossuficiência e da autodeterminação (soberania) não só alimentar mas também de todos os bens e serviços básicos para a vida (Coraggio, 2010, p. 17 e 18).



Referências gerais

- Aristóteles. *Política*. [Internet]. Disponível em <http://www.filosofia.org/cla/ari/azc03028.htm> [Data de acesso 1 de junho de 2015].
- Bento XVI (2009) *Caritas in veritat*. Carta Encíclica. Vaticano, Libreria Editrice Vaticana.
- Brünner, J. J. (1998) *Globalização cultural y posmodernidad*. Chile, Fondo de Cultura Económica.
- Charlot, B. (2007) *Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate*. Texto de conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 14 de Junho de 2007. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, 04, pp. 129-136. Consultado em Julho de 2013 <http://sisifo.fpce.ul.pt>.
- Coraggio, J.L. (2010) La Economía social e solidária y Solidaria como estratégia de desenvolvimento en el contexto da integração regional latino-americana. A crise actual e as respostas da Economía Solidária. *Revista de Economía Solidária*, ACEESA, nº2, pp. 12-23.
- Friedman, T.L. (2000) *Compreender a Globalização. O Lexus e a Oliveira*. Lisboa, Quetzal Editores.
- Gaiger, L. I. & Corrêa, A. da S. (2010) A História e os sentidos do empreendedorismo solidário. *Outra Economia*, volumen IV, nº7, pp. 153-176.
- Groupe d'économie solidaire du Quebec (GESQ) (2002) *A Economia social e solidária: Uma Perspetiva Norte-Sul*. Segundo Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade Realizado de 9 a 12 de outubro de 2001, em Quebec. Síntese e conclusões. Quebec. [Internet]. Disponível em http://base.socioeco.org/docs/cahier_gesq_01- sintese.pdf [Data de acesso 5 junho 2015].
- Juan Pablo II (1981) *Laborem Exercens*. 14 de septiembre. [Internet] Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html [Data de acesso 1 de junho de 2015].
- Juan Pablo II (1991) *Centesimus Annus*. 1 de mayo [Internet] Disponível em http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/es/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html [Data de acesso 5 junho 2015].
- Khun, T. (1962) *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago, University of Chicago Press.
- Max-Neef, M., Elizalde, A & Hopenhayn, M. (1986), Desenvolvimento a escala humana. Una opção para el futuro, *Development Dialogue*, Número especial, 1986, Cepaur y Fundação Dag Hammarskjöld, Santiago de Chile y Uppsala, Suecia.
- Max-Neef, M. & Smith, P. B. (2013) *La Economía Desenmascarada. Del poder e a codicia a la compasión y el bien común*. Barcelona, Editorial Icaria.
- Mardones, J. M. (1988) Claves para interpretar la sociedad de consumo y el tipo de hombre que produce. *Sal Terrae*, 04, pp. 251-263. [Internet] Disponível em http://www.mercaba.org/FICHAS/Sociedad/claves_para_interpretar_la_socie.htm [Data de acesso 5 junho 2015].
- Morin, E. (1994) *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona, Gedisa.
- Nussbaum, M. & Sen, A. (1998) *La calidad de vida*. México, FCE.
- Pigem, J. (2013) *La Nova Realidade. Del economicismo a la consciência*. Barcelona, Editorial Kairós.
- Santos, B. S. (2007) *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Santos, B.S. & Meneses, M.P. (orgs) (2009) *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Almedina.
- Sen, A. (1999) *Desenvolvimento y libertad*. Barcelona, Editorial Planeta.

Referências Mondragon

- Alter, N. (2010) *Donner et prendre: la coopération en entreprise*, La Découverte.
- Braudel, F. (1969) *Écrits sur l'histoire*, Flammarion.
- Chanlat, J.-F. (1990) *L'individu dans les organisations, les dimensions oubliées*. Les Presses de l'Université Laval, Québec, Canada, Éditions Eska.
- Chanlat, J.-F. (1998) *Sciences sociales et management, plaidoyer pour une anthropologie générale*. Les Presses Universitaires daval, Québec, Canada, Éditions Eska.
- Chanlat, J.-F., Davel, E., Dupuis, J.-P. (2008) *Gestion en contexte interculturel*, Téluq, PUL, Québec; publicado em inglês em 2013: *Cross-cultural management : Cultural and Management across the World*.
- Gotbout, J., Caillé, A. (2007) *El espíritu del don*. Siglo XXI Editores.
- Grant, A. (2013) *Give and take: a revolutionnary approach to success*. Weidenfeld and Nicolson.
- Mauss, M., (1925) *Ensayo sobre el don. Forma y función del intercambio nas sociedades arcaicas*. Katz Editores, 2013.
- Morin, E. (1973) *Le paradigme perdu. La nature humaine*. Le Seuil.



6. CASOS PRÁTICOS

6.1 COOPERATIVA SUMA – ALIMENTOS INTEGRAIS, REINO UNIDO

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar os valores da empresa dentro do setor da alimentação.
- Analisar a prática dos valores na estrutura, administração e gestão da cooperativa.
- Obter informação sobre o impacto desta cooperativa dentro da sua esfera de influência.

OBJETIVOS EXPERIENCIAIS

- Ser consciente dos valores pessoais e a forma em que se expressam estes em contextos de interação(ões) pessoal(ais) e profissional(ais)
- Perceber o que representa ter uma cooperativa com estas características dentro da comunidade.

ENQUADRAMENTO

Suma - Alimentos integrais – tem a sua base em Elland, perto de Leeds, e é a maior cooperativa de trabalhadores no Reino Unido.

Fundada em 1975, a organização conheceu três décadas de êxito constante e atualmente funciona num armazém especialmente concebido para o efeito. Tem 150 sócios e 4.500 clientes, desde pequenos comerciantes independentes e pequenos supermercados até escolas e hospitais. Para além disto, tanto os seus integrantes como a base dos seus clientes continuam a expandir-se. A maioria dos seus integrantes traba-

lham no armazém da organização, ou como condutores de camiões. Os produtos que *Suma* vende - alguns dos quais desenvolve e produz, são todos vegetarianos e “veganos”, e muitos são orgânicos e/ou de comércio justo, sujeito a auditorias rígidas. Conta com uma faturação anual de aproximadamente 50 milhões de euros.

Missão: Proporcionar alimentos integrais saudáveis para os consumidores e um lugar de trabalho cooperativo para os nossos/as trabalhadores/as.

CONTEÚDO

Crenças e valores em ação

“Somos contra a pobreza e o sofrimento humano”. “Queremos um futuro sustentável para as pessoas e o nosso planeta.” “Preocupamo-nos com o bem-estar animal. Cremos numa dieta saudável.”

Estas declarações, que se encontram na página *Web* da cooperativa, convidam à transparência e prestação de contas, à identificação do nível dos objetivos de cooperação e à responsabilização para cumprir as decisões acerca do que se vende, como se vende e como se obtêm os nossos produtos.

Aspetos sociais e ambientais dos alimentos

Os seus valores e visão do mundo expressam-se através dos aspetos sociais e ambientais da produção e consumo de alimentos promovidos pela cooperativa. “Foi uma rebelião contra a comida industrializada - pão branco, cerveja muito fraca (“lixo”), horríveis substâncias químicas dos alimentos na década de 1970», explica Bob Cannell, integrante da *Suma* desde o início da cooperativa.

“Era bastante claro, naqueles tempos, que uma indústria alimentar com fins lucrativos era muito desperdiçadora. Estávamos à procura de formas alternativas de organizar o fabrico e distribuição de alimentos, que utilizasse menos recursos.”



Desde que a *Suma* se estabeleceu em 1975, produziu apenas alimentos integrais. Para além disso, dá preferência ao comércio justo e aos produtos orgânicos, e a companhia tem como objetivo evitar a compra de produtos procedentes de países ou empresas com registos provados de pouco respeito pelos direitos humanos. Estas políticas alinham os valores da cooperativa com os valores baseados nos direitos humanos e dos animais.

O *Suma* presta uma meticulosa atenção à qualidade e ao impacto do abastecimento dos seus alimentos e é líder na utilização eficaz, tanto na produção de alimentos e de recursos como na sua distribuição no Reino Unido. Trabalha com alimentos produzidos numa escala pequena demais para despertar o interesse dos supermercados. Recolhe os produtos em stock dos produtores à escala nacional e distribui-os a clientes em todo o país e, por vezes, a nível internacional. A preocupação em torno aos quilómetros realizados num tal modelo não passa despercebida para Bob Cannell, o qual, porém, descreve o problema como “horivelmente complicado”, sendo certo que o abastecimento de alimentos frescos locais e outros bens dos grandes retalhistas como *Suma*, representam “o meio de mais baixo custo no abastecimento de alimentos na Grã-Bretanha.”

Como é referido, *Suma* fornece um serviço de distribuição para os pequenos produtores e um serviço de entrega a granel para grupos de compradores. “A distribuição a granel de alimentos embalados aos compradores e também o fornecimento de alimentos frescos de origem local é considerado o recurso mais económico em termos de métodos de distribuição de alimentos”, de acordo com análise da *Ethical Consumer*.

Valores integrados na estrutura, administração e gestão de Suma

A estrutura da organização é também a chave da expressão dos seus valores fundacionais. Pelo que sabemos, *Suma* é controlada pelos seus membros. Como acionistas igualitários, todos os membros têm os mesmos benefícios. A política de distribuição de lucros decide-se democraticamente nas reuniões dos membros e, na atualidade, impõe que os ganhos até um determinado ponto sejam divididos 50/50 entre a empresa e os membros, e para além desse ponto os membros podem receber uma maior proporção, em

abonos. Os benefícios para os membros são amplos: a taxa de salário (igual entre todos os membros) é o dobro da média do mercado de trabalho de armazém, existe uma segurança na manutenção do posto de trabalho, e os membros são recrutados na esperança de que vão permanecer durante anos, além de haver uma grande flexibilidade, com muitos membros que trabalham a tempo parcial. “O modelo”, afirma, “é a prova de que os trabalhadores podem executar o seu próprio negócio sem uma gestão de elite e sem estar em dívida com o financiamento privado”.

Talvez o ponto mais raro seja a variedade. Cada pessoa é recrutada inicialmente “para ser um bom integrante” e então é formado em alguma especialidade de que haja necessidade nesse momento, antes de se lhe oferecer uma formação complementar. Isto resulta em que muitos membros estão a trabalhar e a desenvolver funções diferentes ao mesmo tempo; por exemplo, um dia podem estar como pacote (entregas) e no dia seguinte a trabalhar na comercialização. Os papéis também mudam com o tempo. Cannell explica: “Esperamos que as pessoas mudem e evoluam. Assim, alguém pode começar querendo apenas conduzir camiões, contudo vamos insistir para que também aprenda outras capacidades. Por isso, aos quarenta e tantos, quando os seus joelhos começam a estar mais frágeis, vamos dizer-lhe: Agora pode dedicar-se mais ao trabalho de escritório. A nossa preocupação são as pessoas. Queremos que elas fiquem aqui durante décadas”.

Cannell afirma que existe um ambiente social, quase familiar, com um sentido de solidariedade e lealdade das pessoas que integram a cooperativa e que cria altos níveis de compromisso e favorece o bom funcionamento dos fluxos de comunicação que resolvem os erros e as diferenças de forma rápida, o que, sem dúvida, tem ajudado a construir a reputação de *Suma* de oferecer um serviço de qualidade ao cliente, sem conflitos.

Os valores expressos na comunidade

A cooperativa está muito consciente quanto a combinar o bem-estar dos seus integrantes com um impacto social mais amplo. Ainda que no fundo todas as pessoas que integram a *Suma* tenham em conta os seus próprios interesses e os dos demais, eles também estão dispostos a “viver a sua ética” na comunidade, seguindo o que normalmente são as mesmas preo-

cupações sociais e ambientais que estão no coração da *Suma*. Milhares de árvores têm sido plantadas para compensar as emissões poluentes do transporte e para prevenir as inundações na área à volta da *Suma*.

Os sócios/sócias fazem *workshops* a nível local, por exemplo, sobre o cultivo ou energias renováveis. A organização também estimula os membros a investirem em casas para alugar em cooperativas de habitação. De forma direta, a organização no seu conjunto ofere-

ce apoio aos pequenos e médios produtores. A fundação da *Suma* coincidiu com o momento de crescente desconfiança face às grandes empresas e quanto ao financiamento privado, assim como em relação ao aumento das preocupações em torno do meio ambiente ou da indústria alimentar. É pois quase desnecessário que Cannell indique o potencial de um movimento similar com 30 anos.

QUESTÕES PARA DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Que valores se podem identificar neste estudo de caso?
- Quais, no seu caso, têm eco nos seus próprios valores?
- Como se praticam estes valores na *Suma*?
- Que favorece ou inibe a expressão dos seus valores dentro da sua comunidade ou centro laboral?
- Que ações proporia para incentivar a vivência dos seus valores tanto no plano pessoal como no profissional?



SAIBA MAIS

<http://www.suma.coop>



CASO PRÁTICO

6.2 ATELIER MAR – CABO-VERDE (ÁFRICA)



OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar a missão e os valores do Atelier Mar, em Cabo Verde.
- Reconhecer os elementos distintivos da ESS propostos pelo Atelier Mar.
- Refletir sobre os desafios que o conceito e as práticas da ESS enfrentam perante os paradigmas hegemónicos atuais.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Conscienciar acerca do papel fundamental dos valores e da valorização dos múltiplos saberes nas organizações de economia social e solidária.

ENQUADRAMENTO

O Atelier Mar (*Atelier* porque é praticamente de oficina quase tudo o que se faz, e *Mar* porque a sua sede se encontra à beira do mar e tem, como disse o poeta Jorge Barbosa, ‘o mar, o mar sempre dentro de nós’) trata-se de uma organização, criada em 1979, com estatuto jurídico de cooperativa de artesãos e centro de formação, tendo sido reconhecido como Organização Não Governamental em 1987. Conta com um núcleo de atividades permanentes no Mindelo, na ilha de S. Vicente, e outro em Porto Novo, na ilha de Santo Antão.

Desde a sua fundação, o Atelier Mar (AM) tem-se dedicado à criação de projetos de formação, busca e promoção da produção e desenvolvimento das artes e ofícios em Cabo Verde (cerâmica, artes gráficas, audiovisuais, madeira e pedra, entre outros). Os artesãos

formados são estimulados e preparados para integrar os princípios da Economia Solidária, valorizando as suas habilidades e capacidades, a diversidade cultural e respondendo às suas necessidades básicas.

Além desta vertente artística, o AM promove projetos de desenvolvimento sócio-comunitário integrado nas mencionadas ilhas, que abarcam diversas dimensões em função das necessidades locais, como por exemplo: educação básica, cidadania, capacitação profissional, produção de materiais de construção civil com tecnologias alternativas e materiais locais, reabilitação de terrenos aráveis em erosão e introdução de novas tecnologias de irrigação. Recentemente, foi criado também um projeto de turismo solidário e museologia comunitária, em certas comunidades rurais que apresentam este potencial em Santo Antão.

CONTEÚDO

Missão

O AM apresenta-se como uma organização que pretende promover a cultura local e intervir no desenvolvimento sustentável das comunidades e grupos com que trabalha. Os seus fins são sociais, não lucrativos e não tem carácter partidário ou religioso. Promove os recursos humanos, culturais e materiais endógenos, o exercício da cidadania e a participação das populações, principalmente os excluídos, no processo de desenvolvimento e consequente melhoria das suas condições de vida. No que se refere à produção, promove, tal como o afirma explicitamente nos seus do-



cumentos “o empreendedorismo social e a Economia Solidária, numa sociedade na qual o mercado produz enormes desigualdades sociais”. Assume como missão apoiar a capacitação, produção e/ou distribuição de bens e serviços com qualidade, competitividade e rentabilidade, utilizando fatores e recursos produtivos escassos, o que implica a criação de rendimentos para os grupos envolvidos.

Princípios e Valores

O AM, na sua ação, procura adaptar as suas intervenções à dimensão dos grupos a que destina, ao conhecimento da situação, aos recursos que consegue mobilizar e a uma estrutura organizativa pequena; assumindo “a cultura como pilar de desenvolvimento” (Mami Estrela, coordenadora de projetos no AM). O AM rege-se pelos grandes princípios estratégicos seguintes:

- **A Integralidade** – diz-nos Mami Estrela: “Vemos sempre as pessoas como seres integrais, com várias dimensões e várias dinâmicas na sua vida. Não dizemos que vamos trabalhar só temas de saúde ou apenas artesanato. As pessoas não vivem em compartimentos separados. (...) ter esta visão integrada da vida das pessoas ligadas à comunidade, dos problemas e as soluções para os mesmos é algo que está sempre presente”. Esta visão de conjunto das várias dimensões do problema permite uma apreciação geral e integral da realidade, que leva a um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a potenciar sinergias.
- **A Participação e a Associação** – afirmando trabalhar com as pessoas, e não para as pessoas, Mami Estrela adianta: “Só fazemos as coisas com as pessoas, com quem quiser participar, não se trata de fazer algo para depois entregar tudo pronto, fazemo-lo juntos”. Esta metodologia permite que sejam implicadas as coletividades locais e os indivíduos; não apenas para a sua motivação, mas também com uma intenção pedagógica, política, social e cultural com vista à sustentabilidade dos projetos e apropriação por parte dos beneficiários. As associações assumem-se como fundamentais numa postura de humildade dentro dos projetos: “Nunca somos os primeiros em nada; quando se inicia qualquer intervenção, há sempre alguém que chegou primeiro, há sempre alguma instituição, a escola ou a unidade sanitária de base; portanto, é necessário ter em

conta todos os agentes que estão no terreno e as pessoas que aí vivem, e criar associações com elas”.

- **A Territorialidade** - as ações referem-se a um território específico e, por isso, nada é repetível. Assumi-lo permite conhecer melhor o meio e as relações entre as instituições locais, facilita a potenciação dos recursos e promove ações mais realistas e condições mais favoráveis para a participação e reforço da identidade cultural local.
- **A Valorização dos recursos endógenos** - reconhecimento das potencialidades humanas, culturais e materiais locais e das sinergias. “As pessoas são o melhor recurso que temos e todos os lugares têm algo bom que pode ser potenciado. Nunca aceitamos o discurso de algumas pessoas que dizem que não há nada, que não há recursos, que não temos nada” (Mami Estrela). Este processo contribui para o aumento da autoestima dos grupos destinatários, à valorização cultural, ao aproveitamento dos recursos existentes por parte dos próprios atores e a uma melhor rentabilidade nos resultados. Mami fala-nos sobre este processo de forma mais detalhada: “Quando chegamos às assembleias comunitárias, por vezes pedimos: ‘Fale-nos do vosso lugar, do que há e do que não há’. Como existe uma perspetiva muito assistencialista, já se converteu num discurso muito repetido: ‘Nós não temos nada’. Então concordámos que é proibido dizer que não temos nada, como é proibido dizer que queremos apoio. (...) Normalmente, durante breves minutos ninguém consegue dizer nada; porque esse é precisamente o discurso que está estabelecido e que as instituições também esperam ouvir, para dizer: ‘Agora nós vamos ajudá-los’. Mas há sempre algo, há sempre pessoas interessantes, há coisas boas que podem ser aproveitadas. Por exemplo, no Altiplano Norte, onde aparentemente não havia nada, há pedras, há casas, há gente, há muitas coisas que podem ser feitas. Essa é a focagem (...) acreditar firmemente, crer que é possível, crer com humildade, acreditar que juntos somos mais que a soma das partes”.

E porquê dedicar o seu tempo ao Atelier Mar? “Porque acreditamos nisto como uma forma de estar na vida, pensamos que esta é a maneira correta de viver, de estar em sociedade. Não somos nós quem o estamos fazendo, nós promovemo-lo porque cremos que é a atitude correta...” (Mami Estrela).

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Identifique os 3 pontos que mais chamaram a sua atenção neste estudo de caso. Justifique-os.
- Analise os valores identificados pelo Atelier Mar. Elabore alguns comentários sobre os mesmos, em relação à sua missão.
- Reflita sobre os elementos distintivos da economia social e solidária que encontra nesta organização.
- Que contravalores se opõem aos que pratica o Atelier Mar dentro do seu setor?
- E que consequências têm no trabalho que o Atelier Mar realiza?
- Elabore um comentário ao estudo de caso, apresentando os elementos inspiradores deste caso para a sua situação pessoal e profissional.

SAIBA MAIS

Relatório síntese 2011. Atelier Mar ONGD.

- www.governo.cv/
- www.un.cv/
- <https://ateliermar.wordpress.com>

CASO PRÁTICO

6.3 ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DA PROVÍNCIA DE ABANCAY - DEPARTAMENTO DE APURÍMAC, PERU

OBJETIVOS RACIONAIS

- Entender os valores que subjazem à ESS.
- Analisar que fatores coadjuvam o associativismo e quais os que o inibem.
- Contrapor os valores da ESS com os de outros sistemas económicos.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Considerar como prioritário que os valores, expressos na missão das organizações da ESS, se reflitam nitidamente nas atividades que realizam.

ENQUADRAMENTO

Na década de 90, o Peru viveu uma das suas piores crises o que obrigou a população a “desenrascar-se” para subsistir. Mas fazê-lo de maneira individual acabava por ser quase impossível, pelo que o associativismo começou a surgir primeiro como uma emergência espontânea e logo como resultado do fomento empreendido pelo governo. O associativismo assumiu-se como uma estratégia de luta contra a pobreza num contexto onde o Estado não tinha recursos suficientes para financiar a sua política social.

No Peru existe uma longa tradição na prática da ação coletiva. Frente ao fracasso das cooperativas de produção impostas por lei, a população empobrecida iniciou processos de autogestão coletiva com fins específicos, sobretudo no acesso ao mercado, na comercialização e na prestação de serviços, bem como para conseguir ajuda técnica e capacitações. Uma característica de alguns destes processos reside no facto de estarem acompanhados da prática de valores como a solidariedade, a cooperação, a reciprocidade e a confiança. O caso que se apresenta ilustra o que acima se assinalou.

CONTEÚDO

A Associação de Apicultores da Província de Abancay está localizada no departamento de Apurímac, na região sudeste do território peruano. Dedicar-se à criação de abelhas para a produção de mel, geleia real, própolis, cera e comercialização de núcleos de abelhas, bem como à capacitação. É formada por 34 associados (13 mulheres e 21 homens) procedentes dos nove distritos de Abancay.

Foi constituída em 1993. Armando Rodas Torres, atual presidente e fundador da Associação, assinala: “Desde 1985 participei - a expensas próprias - em diferentes cursos de apicultura regidos por peritos internacionais na cidade de Lima e no estrangeiro, onde me dei conta da importância do associativismo. Estava desempregado; então convoquei alguns apicultores individuais para formar uma Associação, no início éra-

mos apenas 10 membros. Entre os anos 2001 e 2013, alguns de nós, associados, fizemos cursos no *Instituto Valle Grande*, em Cañete. No nosso regresso repetíamos os *workshops* aos nossos colegas e para apicultores de outras províncias, com o apoio das suas autoridades.”

Estavam conscientes de que se queriam solicitar apoio ou capacitação ao governo ou a alguma ONG, como indivíduos ou empresa não o conseguiriam. A associação era pois a alternativa. Além disso era uma forma de gerar autoemprego numa época de crise e de falta de emprego. Boa parte dos seus associados são reformados, desempregados, profissionais e técnicos que nesse momento se encontravam sem emprego.

Como Associação, sempre estiveram preocupados por acompanhar o avanço da tecnologia e por transcender o âmbito unicamente local, foi isso que os motivou a convidar, no mês de Julho de 2011, o Dr. Gillest Rattia, de França, Presidente da Federação Internacional de Apicultores – APIMONDIA, que congrega mais de 700.000 associações em 90 países dos cinco continentes.

“As capacitações fortaleceram-nos para seguir adiante.” Todavia, além disso houve outro fator decisivo: o apoio da ONG *Grupo Voluntariado Civil - um Mundo de Solidariedade*, de Itália, entre 2010 e 2012, que os ajudou a ter uma visão empresarial e partir para o mercado de maneira mais competitiva. Aprenderam a organizar feiras e a participar nelas. À data, realizaram 16 feiras regionais consecutivas.

Missão

Brindar a população urbana e rural com um produto ecológico e 100% orgânico, saudável e de alto valor nutritivo; possibilitar uma boa vida aos associados praticando a ajuda mútua, a honradez, a verdade e a participação ativa.

Crenças e Valores

- Trabalhamos unidos como as abelhas, “um por todos e todos por um”.
- Nossos produtos são alimentos para a vida.
- Cuidar e conservar o bosque. O bosque é vida, dependemos da natureza.
- Eu ganho, tu ganhas, todos ganhamos. A saúde e a alimentação das pessoas.
- Por cada novo sol (unidade monetária do Peru) que ganhamos como apicultores, os demais agricultores e fruticultores ganham de dez a cinquenta vezes mais, graças à polinização cruzada que efetuam as abelhas.

Aspetos sociais e ambientais do produto

“Se as abelhas desaparecerem do planeta, ao homem só lhe restarão quatro anos de vida”, dizia Einstein. “Sem as abelhas não há polinização, sem polinização não há reprodução nas plantas, sem plantas não há alimentos e acaba-se a vida”, afirma Rodas. As abelhas são parte de um ecossistema saudável.



Armando Rodas, Presidente da Associação, no processamento, embalagem e etiquetagem do mel de acordo com o Código Alimentar e as Boas Práticas de Manufatura.

A fonte da matéria-prima é o bosque, “as abelhas não necessitam que as alimentemos ou vacinemos, elas sozinhas fazem o trabalho; só necessitam de estar perto de um bosque e de água em movimento”.

Como Associação, fomentam o *não uso* de químicos agrícolas, sensibilizam os governos municipais para que florestem e reflorestem com espécies nativas e evitem corte e queima indiscriminada dos bosques. Estão preocupados com as alterações climáticas; a sua atividade -assim como a vida - depende da natureza.

Geraram empregos diretos para os apicultores e indiretos para carpinteiros, sucateiros, mecânicos, costureiras, sapateiros, técnicos eletricitistas e produtores de embalagens de vidro.

Valores incorporados na estrutura, administração e gestão da associação

A ajuda mútua está considerada como um princípio nos estatutos da associação. Incrementa-se o associativismo baseado em valores como a cooperação, a solidariedade, o respeito, a honestidade e a verdade.

As decisões tomam-se democraticamente em assembleia de associados. Há reuniões para coordenar e cada sócio paga cotas ordinárias de 50 soles (14€). A quota de ingresso é de 100 soles (aproximadamente 29€).

Os associados trabalham e realizam as suas vendas em pequena escala de maneira individual. Para realizar vendas de maior volume ou receber alguma ajuda, juntam-se. Pela qualidade do produto, recebem grandes pedidos e encomendas. Cada associado contribui para a Associação de acordo com as suas possibilidades, pagando-se-lhe em função do valor com que contribuiu. Das vendas, 10 a 15% convertem-se em fundo de reserva. A distribuição anual de benefícios decide-se em assembleia, sendo geralmente utilizados para comprar equipamentos e capacitação.

Valores expressos na comunidade

A associação é muito ativa ao valorizar politicamente a luta contra o corte indiscriminado de árvores e para fomentar a florestação e reflorestação, com espécies nativas, protegendo desta maneira a biodiversidade.

O trabalho realiza-se a partir de uma perspetiva ecológica e de apoio aos pequenos produtores e economias

de subsistência em Abancay; o que se traduz numa redução da pobreza e no melhoramento das condições de vida da população. É também uma referência tecnológica para os demais produtores de mel da região, com os quais partilham os seus conhecimentos através de capacitações e um canal importante para o desenvolvimento do mercado do mel de Apurímac através da organização e participação em feiras locais e nacionais.

SAIBA MAIS

- asociacionapicultoresprovinciaabancay@hotmail.com / colmenaresrodas@hotmail.com
- Dados sociográficos do país NNUU: <http://hdr.undp.org/es/countries/profiles/PER>
- Dados do Instituto Nacional de Estatística (INEI), Peru: <http://www.inei.gob.pe/>

No ano de 2013, o mel da Associação foi considerado o Melhor Mel Natural e Ecológico do Peru.



Participaram na Feira Gastronómica Mistura na cidade de Lima nos anos de 2013 e 2014. Este evento anual é considerado como a maior mostra gastronómica da América Latina.



Organizaram 16 feiras locais em Abancay, até à data.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Todos os processos de associativismo correspondem à ESS?
- Que valores caracterizam os empreendimentos sociais?
- Como se praticam estes valores na Associação de Apicultores de Abancay?
- O mercado está em desacordo com os empreendimentos sociais e os seus valores? Porquê e em que sentido?
- Que ações promoveria na sua comunidade para tornar visíveis os valores da ESS?
- Organize uma atividade na universidade para dar a conhecer organizações de economia social e solidária, destacando os seus valores, como parte prática do curso.



7. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

7.1: A PERCEÇÃO DOS VALORES	
Título	A percepção dos valores
Tema	Os valores são conceitos abstratos que cada pessoa interpreta de forma diferente ainda que não sejamos conscientes disso. Para o desenvolvimento de um projeto compartilhado é essencial que todos entendamos o mesmo sobre os valores nos quais se baseia o dito projeto.
Dimensão do grupo	Exercício individual, numa primeira fase, e depois a pares ou em grupo
Tempo necessário	90 minutos
Objetivos de aprendizagem	<p>O objetivo principal é definir quais são os valores de uma organização de economia social e solidária, para:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Aprender os valores que devem ter as organizações da economia social e solidária.▪ Aprender a explicitar o significado dos valores.▪ Aprender a partilhar e entender os diferentes significados que cada pessoa atribui aos valores.▪ Aprender a criar consensos em grupo sobre o significado dos diferentes valores.
Competências	Ser consciente das diferentes percepções que as pessoas têm sobre os mesmos valores. Aprender a respeitar e aceitar as diferentes aceções para um mesmo valor.
Palavras-chave	Valores, Organização
Materiais necessários	Informação acerca dos valores identificados para uma organização de economia social e solidária
Instruções para o formador	<p>1. Preparação:</p> <p>Lançar aos alunos a pergunta, de forma geral: quais deveriam ser os valores de uma organização de economia social e solidária?</p> <p>Para concretizar melhor o que é que se espera dos alunos, oferecer-lhes um exemplo, como o seguinte:</p> <p>A Sociedade Gastronómica de Mondragon tem os seguintes valores:</p> <ol style="list-style-type: none">a. "SOCIALIDADE". Comer é um ato social, não apenas alimentício. Fortalecemos a nossa comunidade preparando a comida e comendo juntos.b. TRABALHO PARTILHADO. Comer é um ato social. Os trabalhos de preparação e limpeza posterior também.c. A QUALIDADE. A qualidade é importante em tudo; nos ingredientes, na preparação, nas relações, no trabalho. Em tudo. <p>4. Trabalho Individual: listagem de valores</p> <p>Cada aluno deve elaborar uma relação de entre 5 e 15 valores que devem caracterizar as organizações da economia social e solidária. A clareza será importante. Muitos termos que se utilizam em contextos cooperativos e de economia social e solidária (por exemplo, "a solidariedade") são vagos ou têm múltiplas interpretações. Portanto, o exercício não se limita a listar 10 ou 15 palavras, mas antes que cada elemento da lista deveria ser acompanhado por uma definição/clarificação.</p> <p>5. Trabalho em grupo sobre os valores das organizações de economia social e solidária e consenso de uma definição.</p> <p>Uma vez que o estudante elencou os valores de uma organização de economia social e solidária de forma individual deve partilhar a sua lista e as definições que deu aos valores com o resto dos companheiros. O grupo deverá discutir sobre a idoneidade dos valores identificados e tornar consensual a definição de cada um dos valores. Nesse momento os estudantes devem-se dar conta que cada pessoa pode ter uma percepção muito diferente para o mesmo valor.</p> <p>6. Leitura de informação especializada e explicação por parte do professor acerca dos valores que deveriam identificar as empresas da economia social e solidária</p> <p>7. Trabalho em grupo</p> <p>Os alunos devem voltar à lista de valores que tinham identificado e às definições que consensualizaram e adequar a lista de valores e as definições ao aprendido através das leituras especializadas e a informação transmitida pelo professor.</p>
Referências	Monzon, Jose Luis, and Rafael Chaves Ávila. "La economía social e solidária na Unión Europea." (2012). Da Ros, Giuseppina Sara. "Economia solidária: aspectos teóricos y experiencias." Revista Unircoop 5. 1 (2007).
Notas	
Contacto	Enpresagintza, Mondragon Unibertsitatea – atividade protegida por direitos de autoria Fred Freundlich - ffreundlich@mondragon.edu

**7.2 O PODER DAS IMAGENS E A MUDANÇA DE VALORES**

Título	O Poder das imagens e a mudança de valores
Tema	Quando entendemos a incidência que tem a imagem e os valores sobre os comportamentos podemos, se queremos, mudá-los. Quando reconhecemos a importância que têm os valores para reforçar ou inibir as mudanças, podemos intervir sobre as novas atitudes que as pessoas desejam assumir nas suas vidas
Dimensão do grupo	Exercício individual numa primeira etapa, depois em pares ou em grupo
Tempo necessário	90 minutos
Objetivos de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none">▪ Aprender como as mensagens influenciam a perceção da nossa própria imagem e valores pessoais, além de motivar a mudança ou de a inibir.▪ Conhecer como os valores reforçam a nossa própria imagem e definem perspetivas particulares da nossa própria cosmovisão.▪ Conceber a imagem e a teoria dos valores como um sistema orgânico.
Competências	<ul style="list-style-type: none">▪ Tomar consciência de como os valores pessoais influem tanto no nosso comportamento como no de outros.▪ Ser empático com o comportamento de outras pessoas, depois de se ter identificado e compreendido as raízes / imagens e valores com as que se relacionam e em função dos quais atuam.
Palavras-chave	Imagens, valores, poder, alteração de comportamento, mensagens, reforço, apoio
Materiais	Fotocópia do diagrama de cabeças conectadas e esferográficas.
	<p>1. Preparação:</p> <p>Apresente o exercício explicando o tema, porque é importante saber como funciona, o tempo que vai demorar, e também os objetivos de aprendizagem dos exercícios. O primeiro exercício deve ser sempre individual.</p> <p>2. Descrever e explicar a teoria que está por detrás da prática</p> <ul style="list-style-type: none">▪ O mundo todo funciona a partir de imagens e valores▪ As imagens e os valores regem a conduta▪ As mensagens dão forma às imagens▪ As imagens e os valores podem alterar-se▪ As mudanças nos valores levam a mudanças na conduta▪ Descreva um exemplo prático à medida que explica a teoria. <p>3. O método passo a passo:</p> <p>3.1. Exercício individual utilizando o diagrama da ilustração:</p> <ol style="list-style-type: none">a. Concentre-se em si mesmo e no seu comportamento atual. Pense numa conduta atual com a qual não está satisfeito; isto é, o comportamento que frustra ou compromete a sua visão do que quer ser. Eleja um ou mais comportamentos e escreva-os na linha da parte inferior esquerda.b. Desenhe um círculo dentro da cabeça à esquerda. No círculo descreva a autoimagem interna responsável por esse comportamento. (Exemplos: “o controlador”, “o recém-chegado ou novato” “o juiz”, “o palhaço”, “a vítima”).c. Pense nas mensagens que recebeu ou está recebendo que criaram esta imagem. Escreva as mensagens nas setas apontadas na imagem.d. Consideremos agora o conjunto de valores que reforça ou imobiliza a imagem bloqueadora no seu lugar e a protege. Nomeie esses valores (exemplos: querer agradar a todos, vontade de ter êxito). Coloque esses valores na grelha que está sobre a imagem bloqueadora.e. Agora pense no novo comportamento que gostaria de adotar para substituir esse comportamento pouco adequado. Descreva esse comportamento numa frase curta na linha no lado inferior direito da cabeça à direita.f. Agora pense em TRÊS qualidades positivas que outros afirmam que você tem e que podem ajudá-lo a mudar a imagem que o está limitando.g. Decida libertar uma IMAGEM que possa gerar um comportamento que lhe permita avançar até à sua visão. Desenhe um círculo dentro da cabeça à direita. Descreva a imagem no círculo.h. Nomeie os valores que manterão essa imagem no seu lugar. Desenhe uma grelha sobre a imagem e escreva os valores na mesma.i. Agora decida que mensagens pode “irradiar” até si mesmo e que vão apoiar esses valores e criar a IMAGEM da libertação. Pense em formas de fazer isto: tanto visuais como auditivas e sinestésicas. Escreva estas ideias em cada uma das setas da direita.j. Que estratégias desenvolverá para se assegurar de que está continuamente exposto e reafirmando as novas mensagens positivas? Escreva as ideias que tenha como resposta.



Instruções para o formador	<p>3.2. Trabalho em grupos pequenos:</p> <p>Aos pares, partilhe e explique o seu diagrama, com o maior detalhe possível.</p> <p>3.3 Peça aos participantes que desenhem as imagens eleitas e que escrevam debaixo de cada imagem o comportamento que estão dispostos a mudar.</p> <p>3.4. Diálogo e reflexão para integrar a experiência da atividade em grupo:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ À medida que realizava o exercício, quais foram os comportamentos negativos que recordava?▪ Que mensagens verbais reforçam esses comportamentos?▪ Que experimentou emocionalmente nesta etapa do exercício?▪ Quão difícil/fácil foi identificar os valores que reforçam e imobilizam a imagem que bloqueia? O que o torna difícil ou fácil?▪ Quão difícil/fácil foi identificar os valores que irão colocar as novas imagens no seu lugar? O que o torna difícil ou fácil?▪ Como chegaram à sua mente as novas imagens necessárias para mudar o comportamento que deseja alterar?▪ Quais são as mensagens chave que gostaria de ouvir sobre si mesmo para reforçar os novos comportamentos?▪ A quem pediria apoio para reforçar as mensagens e imagens necessárias para configurar o novo comportamento?▪ Quem estaria interessado em iniciar um grupo de apoio mútuo? <p>3.5. Os próximos passos</p> <p>Planeie uma reunião, a cada 15 dias, para avaliar o progresso das mudanças de comportamento.</p> <p style="text-align: center;">Mudança de imagem</p>  <p>Fonte: Jo Nelson, ICA Associates Inc. Canada Artigo publicado em Wind and Waves, Instituto de Assuntos Culturais, Espanha (IACE) Global Magazine, Volume 3 - No. 3, December 2013.</p>
Referências	<ul style="list-style-type: none">▪ Boulding, Kenneth (1956). The Image: Knowledge in Life and Society. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press▪ Packard, Elise; Patterson Miriam., Stallman, Jane. (2009). The Evolving Resource of Imaginal Education: Releasing Maximum Potential of Individuals, Organizations, Programs and Communities. Proliteracy Worldwide and Center for Strategic Facilitation▪ Nelson, Jo (2013) Instituto de Assuntos Culturais, / Canadá▪ Quiroz, Catalina (2013). Instituto de Assuntos Culturais, Espanha (IACE)▪ Recursos Web: http://ica-international.org/gm-windswaves/ww-2013-dec/012-imagechange.htm
Contacto	Instituto de Assuntos Culturais, Espanha (IACE): I.P. – atividade protegida por direitos de autoria Catalina Quiroz Niño - catalina@iac-es.org

8. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

NÍVEL 1	ESS CAMPO DE COMPETÊNCIAS	Explicação adicional sobre as competências: CONHECIMENTO, EXPLORAÇÃO E COMPREENSÃO SOBRE VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES DA ESS	ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO
Construindo as fundações	Economia Social e Solidária: epistemologia¹, valores e atitudes	<p>Salienciar a consciência de como os conhecimentos, valores e atitudes de ESS alinham com valores baseados numa sociedade justa e igualitária, tais como reciprocidade, participação, redistribuição, subsidiariedade.</p> <p>Epistemologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprometo-me a proceder a uma exploração e compreensão mais amplas sobre a forma como o conhecimento é criado e incorporado dentro do campo da ESS. ▪ Estou consciente de como as diferentes correntes epistemológicas estão ligadas aos valores e atitudes da ESS. ▪ Estou consciente de como os estudos e práticas interdisciplinares e transdisciplinares são cruciais no entendimento do corpus teórico e prático da ESS. <p>Valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estou consciente da importância dos valores presentes nas práticas e desenvolvimento da ESS. ▪ Incremento a visibilidade e expressão dos valores escondidos e despercebidos no meu ensino, prática e investigação. <p>Atitudes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estou comprometido com a mudança das suposições e ideologias que dificultam a superação dos desafios ambientais, sociais e económicos em oportunidades de aprendizagem e ação. ▪ Posso autoavaliar-me e refletir sobre como consigo demonstrar valores e princípios de bem-estar e solidariedade das ESS no âmbito da minha prática diária. 	<p>Enquanto professor/formador/investigador</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Faço o mapeamento, com os estudantes, as organizações de ESS vizinhas à universidade. ▪ Organizo sessões abertas convidando empreendedores sociais para falar sobre que valores possuem e praticam na sua atividade social. ▪ Escrevo ensaios escritos, com o apoio de empreendedores sociais, sobre a ligação entre os valores e princípios e a prática.

¹ Epistemologia: a teoria do conhecimento, especialmente quanto aos seus métodos, validade e objeto, e a distinção entre crença justificada e opinião. Significado no Oxford Dictionary. Para o grupo: Sistemas de construção de conhecimento, de validação e seleção do que se considera serem as formas de gerar conhecimento.



NÍVEL 1	ESS CAMPO DE COMPETÊNCIAS	Explicação adicional sobre as competências: CONHECIMENTO, EXPLORAÇÃO E COMPREENSÃO SOBRE VALORES, PRINCÍPIOS E ATITUDES DA ESS	ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO
Construindo as fundações	<p>Perspetivas internacionais e Direitos Humanos</p>	<p>Compreender os direitos humanos universais chave relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Povos indígenas (Convenção 169 das Nações Unidas - Organização Internacional do Trabalho) ▪ Género ▪ Trabalho decente (Resolução 1803 (XVII) das Nações Unidas, 14 de Dezembro de 1962) ▪ Discriminação e igualdade ▪ Crianças ▪ Trabalhadores migrantes ▪ Alterações climáticas <p>De diferentes áreas geográficas.</p> <ul style="list-style-type: none"> » Referir, e relacionar, direitos humanos e deveres com o contexto da ESS. » Ser capaz de preparar casos de estudo de ESS à luz dos direitos humanos. » Ser capaz de referir e incluir o pós 2015 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, nas práticas da ESS. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identifico que direitos humanos são respeitados ou não na minha comunidade ▪ Estudo a situação dos ODM no pós-2015 ▪ Escrevo ensaios sobre organizações de ESS que trabalhem em diferentes áreas de recursos humanos.
	<p>Princípios para uma Educação em Gestão Responsável (PRME) adaptados à ESS</p> <p>http://www.unprme.org/about-prme/the-six-principles.php</p>	<p>Mostrar conhecimento e análise crítica sobre os seis princípios PRME aplicados à ESS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Propósito: desenvolver as capacidades dos estudantes para serem os futuros criadores de valores sustentáveis dentro do seu empreendimento e na sociedade, e para trabalhar por uma economia global e sustentável. ▪ Valores: incorporar nas nossas atividades académicas e curricula os valores da responsabilidade social global. ▪ Método: criar quadros educativos, materiais, processos e ambientes pedagógicos que permitam experiências efetivas de aprendizagem para uma liderança responsável dentro da ESS. ▪ Investigação: realizar investigações conceptuais e empíricas que permitam melhorar a compreensão sobre o papel, dinâmicas e impacto dos empreendimentos de ESS na criação de valor sustentável no âmbito social, ambiental e económico ▪ Parceria: Interação com empreendedores sociais para aumentar o conhecimento sobre os desafios no momento de assumir responsabilidades sociais e ambientais e para explorar em conjunto abordagem efetivas para enfrentar tais desafios. ▪ Diálogo: facilitar e apoiar o diálogo e debate entre educadores, empreendedores sociais, governos, consumidores, meios de comunicação social, organizações da sociedade civil e outros grupos e partes interessadas (stakeholders) em questões críticas relacionadas com a responsabilidade e sustentabilidade social global. <ul style="list-style-type: none"> » Analisar o tema e as suas dimensões a partir de diferentes perspetivas sociais, culturais, ambientais e económicas. » Ser crítico acerca da aplicação dos princípios PRME no contexto da prática e/ou gestão corrente e/ou facilitação de processos no âmbito do meu trabalho. » Tomar a iniciativa para promover melhoramentos na minha própria prática baseados nos princípios e objetivos PRME relacionados com a ESS. » Compreender e defender que as nossas práticas organizacionais deveriam servir de exemplo dos valores e atitudes que ensinamos aos nossos estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visite e explorei explorado mais de uma vez a página web dos PRME. ▪ Registei a minha organização na página do PRME com a devida autorização. Que o logotipo e uma informação básica sobre a organização seja visível na página PRME. ▪ Adotei os Seis Princípios PRME, adaptados à ESS, no meu departamento/universidade. ▪ Assisti a workshops certificados sobre os PRME. ▪ Fiz parte de um grupo de trabalho dentro dos PRME local (existe um grupo Ibérico), tornando visível a ESS. <p>Ver exemplos em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ http://www.unprme.org/workgroups/chapters.php

